Uma visão puramente indemnizatória da avaliação do dano pessoal pós-traumático

Autor(es): Santos, MA; Oliveira, C

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/42163>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/1647-8630_26_7

Accessed : 26-Apr-2023 13:35:41

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

REVISTA PORTUGUESA

do Dano Corporal

26

DEZ 2015 ANO XXIV • N.º 26

APADAC
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE AVALIAÇÃO
DO DANO CORPORAL

I
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U

Uma visão puramente indemnizatória da avaliação do dano pessoal pós-traumático

Santos MA¹, Oliveira C²

Resumo: Uma visão puramente indemnizatória da avaliação do dano pessoal pós-traumático. O presente trabalho pretende transmitir uma visão essencialmente remuneratória da avaliação do dano corporal pós-traumático, na medida em que, essa é sem dúvida a consequência final de qualquer exame pericial efectuado no âmbito do Direito do Trabalho ou do Direito Civil, ou seja, a indemnização pecuniária. Essa valorização pecuniária obtida a partir da avaliação médico-legal tem regras que têm vindo a ser profundamente alteradas, muito porque o regime jurídico do direito dos seguros e, em particular, o seguro automóvel sofreu uma profunda alteração neste início de século, fazendo com que atualmente Portugal tenha um dos regimes mais avançados e exigentes da União Europeia, visando a defesa do consumidor. Essas alterações têm vindo a ser efetuadas através de diversas normativas legais, nomeadamente através da transposição para o ordenamento jurídico português da Quinta Diretiva Comunitária sobre o Seguro Automóvel (Diretiva nº 2005/14/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio) efetuada por intermédio do DL 291/2007, de 21 de agosto e publicado no DL 352/2007, de 23 de outubro, que aprovaram a Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais e a Tabela Nacional de Avaliação de Incapacidades Permanentes em Direito Civil. Em 2008, foi publicada a Portaria 377/2008, de 26 de maio que veio estabelecer os prazos e as regras inerentes à “proposta razoável” que passaram a aplicar-se aos danos corporais. É com base nestas regras específicas para a regularização dos danos corporais em proveito da objetividade, da transparência e da justiça do modelo no seu conjunto, que as seguradoras norteiam as propostas que efetuam aos sinistrados.

Palavras-Chave: Indemnização; seguradora; avaliação do dano corporal.

¹ Jurista e profissional de seguros.

² Assistente da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Summary: A purely compensatory view of the assessment of post-traumatic bodily harm.

This paper aims to transmit a remuneration view of the assessment of post-traumatic bodily harm, in so far as this is certainly the final consequence of an expert's report made under the Labour Law or Civil Law, ie, the financial compensation. This monetary valuation obtained from the medical-legal evaluation has rules that have been deeply changed, because the legal system of insurance law and, in particular, motor insurance had a profound transformation in this new century, causing Portugal to have one of the most advanced and demanding legal regimes of the European Union, aimed at consumer protection. These changes have been made through several legal regulations, in particular through the transposition into Portuguese law of the Fifth Community Directive on Motor Insurance (Directive No. 2005/14 / EC of the European Parliament and of the Council of 11st may) that was made by DL 291/2007 of 21st august and by DL 352/2007 of 23rd october, where it were approved the National Table of Disabilities for Work Accidents and Occupational Diseases and the National Table of Permanent Disabilities Assessment in Civil Law. In 2008, it was published the DL 377/2008, of 26th may which established deadlines and rules inherent in "reasonable proposal" that started to be applied to bodily harm. It is based on these specific rules for the regularization of bodily harm to the benefit of objectivity, transparency and fairness of the model as a whole, that insurers present their proposals to the victims.

Key-words: Compensation; insurance; corporal damage assessment.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No âmbito da avaliação do dano pessoal não existem dúvidas quanto ao facto de a classe médica encarar a avaliação do dano corporal numa perspetiva fundamentalmente qualitativa, enquanto a advocacia olha para a dita avaliação numa perspetiva essencialmente quantitativa. No entanto, não se pretende com isto dizer que devam ser vistos como elementos desunidos ou antagónicos, antes pelo contrário, devem ser considerados elementos complementares numa mesma equação, e quanto mais próximos estiverem um do outro, melhor a articulação entre ambos e consequentemente, melhor o resultado obtido. Na verdade diz-se isto, porque muitas vezes são vistos lamentavelmente como elementos antagónicos entre si, não estando cada um deles verdadeiramente atentos para a importância que desempenham em todo o processo que culmina com a indemnização pecuniária ou em espécie.

Algumas vezes ouve-se o perito médico a proferir que a sua missão se limita a analisar a imputabilidade médica entre um determinado evento e as lesões e/ou sequelas de que o examinado refere ter sofrido e subsequentemente analisar os parâmetros de dano passíveis de valoração. Contudo,

perdoem-nos se entendemos que esta asserção possa ser redutora naquilo a que se refere a primazia da avaliação do dano corporal (pessoal).

Vejam, a título de exemplo, o caso do veículo A que ao embater na traseira do veículo B faz com que os ocupantes do segundo veículo possam vir a queixar-se de cervicalgias. No entanto, se da análise das fotografias da peritagem aos veículos intervenientes, apenas se constatarem danos na matrícula não obstante a existência das cervicalgias, será difícil de estabelecer um nexo de causalidade entre este acidente de viação e a sequela em causa. Efetivamente, não existem dúvidas que quanto melhor o perito médico avaliador do dano compreender as circunstâncias que deram origem ao evento traumático, mais fácil será compreender e antever as sequelas dele resultante, pois muitas vezes os examinados não as referem quer porque não estão sensibilizados para o fazer (como por exemplo, ao nível das atividades desportivas ou de lazer) ou porque não se querem expor (como por exemplo, ao nível da repercussão na atividade sexual) e isso não significa que não tenham ficado portadores dessas sequelas.

Por outro lado, entendemos que o papel do perito médico avaliador do dano corporal pós-traumático possa ser mais amplo do que atualmente se possa cogitar. Senão veja-se o sistema judicial português que estipulou que as perícias médico-legais e forenses são, quase em exclusivo, da competência do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, IP. Pelo menos, é o que assim se depreende da Lei n.º 45/2004, de 19 de agosto. Em face do seu enquadramento legal e do modo como é efetuada na sua maioria, a perícia de avaliação do dano corporal pós-traumático consiste numa entrevista com o examinando, devendo este apresentar toda a documentação clínica que tiver em sua posse, a qual será articulada com os exames complementares de diagnóstico que o examinador entender por bem realizar para fundamentar as conclusões finais do seu relatório médico-legal. Porém, no âmbito da atividade privada, o papel a desempenhar pelo perito médico avaliador do dano pode e deve ser muito mais abrangente.

As entidades que a ele recorrem são maioritariamente as companhias de seguros, os advogados e os próprios indivíduos acidentados. Portanto, para estas entidades a importância do examinador é tanto maior quanto maior for o seu conhecimento sobre as consequências que resultam do conteúdo do relatório por si elaborado.

Para além da previsão mencionada na Lei n.º 45/2004, de 19 de agosto, existe um outro regime que é o dos funcionários públicos subscritores da Caixa Geral de Aposentações no qual, em caso duma incapacidade permanente resultante de um acidente em serviço ou de uma doença profissional, conforme resulta do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, haverá uma

junta médica própria e autónoma, algo que não deixa de ser visto como um contra-senso, pois em caso de sinistro ou de doença profissional todos somos iguais e como tal as regras de avaliação da incapacidade permanente daí resultante deveriam ser idênticas para todos e assim não o são!

2. A IMPORTÂNCIA DO AVALIADOR DO DANO CORPORAL PARA AS COMPANHIAS DE SEGUROS

Qual a razão de este conhecimento ser importante para as Companhias de Seguros?

Em sede de acidentes de trabalho e no decurso da regularização de um sinistro é importante que o gestor de um sinistro tenha conhecimento e possa antever, sempre que possível, como decorrerá a recuperação clínica do sinistrado, nomeadamente se das lesões traumáticas resultantes do sinistro é exetável um qualquer quadro sequelar passível de incapacidade. Nos casos mais simples, esta informação já vai sendo prestada, quase que de forma automática, pelos médicos que têm a seu cargo a recuperação clínica dos sinistrados, sendo que estes muitas vezes informam desde logo a Incapacidade Temporária Absoluta (frequentemente designada ITA) previsível, em função do seu conhecimento técnico-científico e da sua experiência clínica em casos semelhantes.

Porém, nos casos mais complexos como nos *handicaps graves*³, reveste-se da maior importância a intervenção dum perito médico em avaliação do dano corporal, o mais cedo possível, pois este clínico poderá coordenar uma equipa multidisciplinar visando uma reparação mais justa e adequada às reais necessidades das vítimas. Porque, efetivamente a recuperação de uma situação de *handicap grave* muitas vezes requer uma coordenação multidisciplinar de diversas especialidades médicas e de múltiplas vicissitudes quotidianas que, nem sempre, são devidamente acauteladas do ponto de vista clínico por cada uma das especialidades isoladamente e porque precisamente há falta de um elemento que faça a interligação entre todas elas o que, posteriormente poderá significar, em sede extrajudicial ou judicial, custos e encargos acrescidos para o segurador.

Por outro lado, esta tipologia de sinistrado tanto pode resultar de um acidente de trabalho como de um acidente rodoviário não incluído no

³ Conforme descrito no livro “Aspectos práticos da avaliação do dano corporal em Direito Civil” sob coordenação de Duarte Nuno Vieira e José Alvarez Quintero: *O handicap será considerado grave nos casos em que a pessoa apresenta sequelas a nível orgânico e funcional, cuja intensidade a impede de realizar com autonomia as suas actividades da vida diária.*

primeiro e ambos podem ser avaliados em sede de Direito Civil. Neste caso, estaremos perante um outro ramo segurador em que a situação sse processa de forma distinta, talvez porque a avaliação do dano pessoal em sede de Direito Civil tal como é realizada atualmente ainda é recente e necessita de amadurecer, como em qualquer processo que se quer evolutivo. E, como refere o Professor Doutor Duarte Nuno Vieira, basta pensarmos que ainda não existe uma Tabela Europeia de Avaliação do Dano Corporal que abrange os diversos Estados Membros. No entanto, tudo aquilo que puder ser feito com vista ao seu amadurecimento será útil para a sociedade, em geral, e para os peritos avaliadores, em particular, bem assim como a todos que com eles se relacionam ou deles dependem!

Pensamos ser aqui onde a subjetividade do perito médico avaliador mais interfere, e como tal, a apreciação feita por um perito pode não ser exatamente a de outro, ainda que assim fosse o desejável, pois se o examinado e as sequelas são as mesmas, logicamente que o resultado também o deveria ser. Ao não ser assim, é totalmente compreensível que os examinados se interroguem sobre a veracidade do próprio sistema judicial, levando-os muitas vezes a sentirem-se injustiçados pelo sistema de avaliação e consequentemente pelo sistema judicial. Assim, reveste-se da maior importância a formação contínua nesta área, com vista a delinear e sistematizar cada vez mais as regras, não obstante a existência das instruções gerais para cada ramo do direito. Para além disso, afigura-se-nos que, por vezes, o perito médico possa nem sempre ter a real consciência da quantificação pecuniária que implica a avaliação qualitativa que faz das sequelas do examinando.

Mas, na verdade, de onde nasce esta obrigação de indemnizar?

3. A OBRIGAÇÃO DE INDEMNIZAR

De uma forma talvez até considerada redutora, façamos uma reflexão no que se refere à génese da obrigação de indemnizar e, em particular, ao atual regime segurador - aquele que será, provavelmente, o maior responsável pelo pagamento de indemnizações no nosso país.

A obrigação de indemnizar decorre do previsto no n.º 1, do art.º 498º, do Código Civil, ao estipular que *“Aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação”*. O art.º 499º do mesmo diploma acrescenta: *“São extensivas aos casos de responsabilidade pelo risco, na parte aplicável e na falta de preceitos legais em contrário, as disposições que regulam a responsabilidade por factos*

ilícitos". Sendo que no nosso quotidiano assume particular relevância o previsto no artº 503º do mesmo Código quando prevê *"Aquele que tiver a direção efetiva de qualquer veículo de circulação terrestre e o utilizar no seu próprio interesse, ainda que por intermédio de comissário, responde pelos danos provenientes dos riscos próprios do veículo, mesmo que este não se encontre em circulação"*. Verificando-se uma destas situações, estipula o artº 562º, do Código Civil que *"Quem estiver obrigado a reparar um dano deve reconstituir a situação que existiria, se não se tivesse verificado o evento que obriga à reparação"*. Diz o artigo seguinte que essa obrigação só existe se e na medida em que for estabelecido o nexo de causalidade.

A indemnização deverá ser calculada tendo por base o previsto no artº 564º, do mesmo diploma, que prevê que *"O dever de indemnizar compreende não só o prejuízo causado, como os benefícios que o lesado deixou de obter em consequência da lesão, sendo que o tribunal poderá atender aos danos futuros, desde que sejam previsíveis; se não forem determináveis, a fixação da indemnização correspondente será remetida para decisão ulterior"* – e aqui pode-se incluir a figura do Dano Futuro⁴ que constitui parâmetro de valoração no âmbito da avaliação do dano corporal em Direito Civil.

E ainda de acordo com o previsto no artº 566º, do Código Civil, a indemnização poderá passar por uma reparação em espécie ou pecuniária, sempre que a primeira não se mostre possível, não repare integralmente ou seja excessivamente onerosa para o devedor optar pela segunda.

As indemnizações decorrem de prejuízos resultantes de duas grandes categorias de danos, os danos patrimoniais e os não patrimoniais, presentes e futuros, líquidos e ilíquidos. Quando se fala em danos corporais (pessoais), pensa-se automaticamente em sinistros de acidentes de trabalho ou de acidentes de viação. Sinistros estes, que são regularizados pelas companhias de seguros, entidades de direito privado que assumem um papel preponderante na nossa sociedade, pois é graças a elas que se considera como dado adquirido o pagamento da indemnização a que temos direito quando somos lesados num qualquer sinistro e desde que não sejamos os responsáveis pelo mesmo.

⁴ Fernando Oliveira Sá considerava que o Dano Futuro para ser um dano médico-legalmente valorável tinha de constituir uma evolução das sequelas previsível em termos de desenvolvimento normal e não apenas meramente potencial. Além disso, este autor caracterizava esta espécie de dano como a evolução lógica, habitual e normal do quadro clínico constitutivo das sequelas. Se o agravamento fosse meramente hipotético, tratava-se de um dano potencial, o que não é valorado médico-legalmente por não lhe ser atribuído em termos jurídicos o estatuto de dano reparável. Ou seja, este dano só será passível de reparação quando houver um prejuízo certo (Oliveira Sá, 1992).

4. A TRANSPOSIÇÃO DA 5ª DIRETIVA SOBRE O SEGURO AUTOMÓVEL DECRETO-LEI Nº 291/2007, DE 21 AGOSTO

Nesse sentido, o legislador português, com vista à transposição para o ordenamento jurídico português da Quinta Diretiva Comunitária sobre o Seguro Automóvel (Diretiva nº 2005/14/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio) publicou o Decreto-Lei nº 291/2007, de 21 de agosto, que entrou em vigor 60 dias após a sua publicação.

Esta foi a norma modificativa do *status quo* segurador em Portugal. De tal forma que, o Regulador do Setor Segurador, então designado como Instituto de Seguros de Portugal, publicou a Norma Regulamentar N.º 14/2008-R, de 27 de novembro, que aprovou a Parte Uniforme das Condições Gerais da Apólice de Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel, tendo sido esta a norma responsável pela reformulação de todas as Condições Gerais das Apólices que garantem os riscos emergentes da responsabilidade civil dos veículos.

Porém, a sociedade em geral não se apercebeu desta modificação, mas é precisamente aqui onde reside o principal papel do mercado segurador. Ele constitui o “garante” de que em caso de sinistro, tudo será efetuado de modo a repor-se a situação tal como ela existia antes da verificação do evento lesivo, desde que este esteja abrangido pelo âmbito contratual da apólice subscrita e não seja revogado por uma qualquer situação subsumível a uma exclusão previamente tipificada.

À semelhança da profunda alteração sofrida pelos contratos de seguro, o Decreto-Lei nº 291/2007 veio introduzir profundas alterações em outros aspetos da regularização de sinistros, permitindo que Portugal tenha, atualmente, neste setor económico, um dos regimes jurídicos mais inovadores e céleres da União Europeia, com particular enfoque na rapidez de regularização dos sinistros e dos danos corporais. Nomeadamente, reajustando alguns aspetos do Decreto-Lei nº 83/2006, de 3 de Maio onde foram estabelecidos procedimentos obrigatórios da proposta razoável para a regularização do dano material e inovando, também, em relação à regularização dos danos corporais.

5. AS TABELAS DE AVALIAÇÃO DE INCAPACIDADES

Quando o Decreto-Lei nº 291/2007 entrou em vigor foi publicado o Decreto-Lei nº 352/2007, de 23 de Outubro, através do qual foram aprovados dois Anexos: a Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças

Profissionais (Anexo I) e a Tabela Nacional de Avaliação de Incapacidades Permanentes em Direito Civil (Anexo II). São estes os instrumentos orientadores atualmente utilizados pelos peritos médicos de avaliação do dano corporal para o cálculo da incapacidade permanente e consoante estejam a avaliar um qualquer examinando em sede de Direito do Trabalho ou de Direito Civil.

6. A PROPOSTA RAZOÁVEL PARA REGULARIZAÇÃO DE DANOS PESSOAIS

Sete meses após a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 291/2007, de 21 de agosto, surgiu o diploma que o regulamenta - a Portaria 377/2008, de 26 de Maio. Com esta Portaria o regime relativo aos prazos e as regras inerentes à “proposta razoável” passaram a aplicar-se aos danos corporais, criando-se assim regras específicas para a regularização dos danos corporais em proveito da objetividade, da transparência e da justiça no seu conjunto.

Contudo, o objetivo principal deste diploma não era a fixação definitiva de valores indemnizatórios mas antes a criação de regras e princípios que permitissem agilizar a apresentação das “propostas razoáveis”, possibilitando ainda à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões avaliar, com objetividade e razoabilidade essas mesmas propostas apresentadas, até porque a jurisprudência tem vindo a considerar que a sua aplicação é meramente orientadora em sede de processo extrajudicial. Este diploma estipula sanções pela inobservância dessas mesmas regras.

Adotou ainda o princípio de ser indemnizável o “dano patrimonial futuro” quando o sinistrado fica impossibilitado de prosseguir a sua atividade profissional habitual (ainda que possa haver reconversão profissional) ou qualquer outra. No entanto, mesmo que não tenha direito à indemnização por dano patrimonial futuro, numa situação da qual resulte um défice funcional permanente haverá sempre lugar à indemnização pelo seu dano biológico - o dano resultante da afectação permanente na sua integridade física e/ou psíquica. Este dano - o dano biológico - é indemnizado de acordo com a idade e o coeficiente de desvalorização proposto, segundo as regras previstas na Tabela Nacional de Avaliação de Incapacidades Permanentes em Direito Civil (Anexo II) e tem por base o valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG).

O Decreto-Lei nº144/2014, de 30 de Setembro veio atualizar a RMMG, no período compreendido entre 01.10.2014 e 31.12.2015 para o valor de € 505,00. No entanto, é de destacar que o facto deste diploma legal ter sido publicado em 2008, os valores ali mencionados têm vindo a sofrer alterações

em função da inflação ou deflação surgida ao longo do tempo. Aliás, a título meramente exemplificativo, ao nível do parâmetro do *Quantum Doloris* (valorado médico-legalmente numa escala de 1 a 7 graus de gravidade crescente), como se verá mais adiante, em 2008 o grau 4 era valorado em € 800,00 e em 2015 a mesma graduação de intensidade tem uma expressão pecuniária de € 880,00.

A Portaria 377/2008, de 26 de Maio veio ainda consignar o direito à indemnização por danos morais decorrentes do Dano Estético Permanente e/ou do *Quantum Doloris*, desde que reconhecidos pelo perito médico de avaliação do dano, mesmo nas situações em que não lhe seja proposto qualquer Défice Funcional Permanente para a Integridade Físico-psíquica.

Este diploma legal veio especificar concretamente que, em caso de morte, são indemnizáveis os prejuízos decorrentes da violação do direito à vida e os danos morais dela decorrentes nos termos do artigo 496.º do Código Civil; os danos patrimoniais futuros daqueles que, nos termos do Código Civil, podiam exigir alimentos do sinistrado, ou aqueles a quem este os prestava no cumprimento de uma obrigação natural; as perdas salariais do lesado, decorrentes da incapacidade temporária tida entre a data do acidente e a data do óbito; e as despesas feitas para assistir e tratar a vítima bem como as de funeral, luto ou transladação, contra apresentação dos originais dos comprovativos.

Naturalmente que, verificando-se a morte dum sinistrado, terão direito a receber a indemnização os seus herdeiros legais, sendo que se agrupam em 4 grupos, são eles: I) cônjuge e filhos e/ou outros descendentes; II) só filhos e/ou outros descendentes; III) só pais ou outros ascendentes/colaterais; IV) só irmãos e/ou sobrinhos que os representem⁵.

⁵ Dentro de cada um destes grupos, as indemnizações processam-se com montantes diferentes, conforme passaremos a indicar, até aos seguintes valores máximos:

I) Cônjuge e Filhos e/ou outros Descendentes:

- Ao cônjuge sobrevivente com 25 ou mais anos de casamento € 25.000,00;
- Ao cônjuge sobrevivente com 25 ou menos anos de casamento € 20.000,00;
- A cada filho até 25 anos de idade € 15.000,00;
- A cada filho com mais de 25 anos € 10.000,00;
- A cada neto ou outros descendentes € 5.000,00.

(Neste último caso só têm direito se o seu pai tiver falecido antes do(a) avô (ó).

II) Só Filhos e/ou Outros Descendentes:

- A cada filho até 25 anos € 15.000,00;
- A cada filho com mais de 25 anos € 10.000,00;
- A cada neto ou outros descendentes € 5.000,00.

(Neste último caso só têm direito se o seu pai tiver falecido antes do(a) avô(ó).

São indenizáveis ao lesado, para além dos casos de morte, outros tipos de danos corporais, os danos patrimoniais futuros, nas situações de incapacidade permanente absoluta para toda e qualquer profissão (IPA) ou de incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual (IPATH); o dano pela ofensa à integridade físico-psíquica (dano biológico), de que resulte ou não perda da capacidade de ganho, determinado segundo a Tabela Nacional de Avaliação de Incapacidades Permanentes em Direito Civil; as perdas salariais decorrentes de incapacidade temporária tida entre a data do acidente e a data da fixação da incapacidade; as despesas comprovadamente suportadas pelo lesado em consequência das lesões sofridas no acidente.

No entanto, o sinistrado tem ainda direito a ser indemnizado por danos morais complementares, autonomamente, como se passará a descrever.

Por cada dia de internamento hospitalar o sinistrado terá direito a ser indemnizado entre € 20,00 e € 30,00.

Pelo Dano Estético Permanente (valorado médico-legalmente numa escala de 1 a 7 de gravidade crescente) que lhe for fixado, o sinistrado terá direito a ser indemnizado à razão de € 800,00/grau até ao grau 3 daquele parâmetro, se lhe for fixado um grau 4 terá direito a € 4.000,00, se lhe for fixado um grau 5 terá direito a receber € 5.600,00, se lhe for fixado um grau 6 terá direito a ser indemnizado em € 7.250,00 e, finalmente por um grau 7, o sinistrado poderá receber a quantia de € 10.000,00.

Pelo *Quantum Doloris*⁶ (quantitativamente valorado de forma idêntica ao anterior), ao sinistrado que lhe for fixado até ao grau 3 não tem qualquer indemnização. Porém, se for fixado um grau 4 terá direito a uma indemnização de € 800,00, se lhe for fixado mais um grau terá direito a receber o dobro, já com um *Quantum Doloris* de grau 6 o sinistrado terá direito a

III) Só Pais ou Outros Ascendentes/Colaterais:

- Pais:
 - i. A cada pai por filho até 25 anos € 15.000,00;
 - ii. A cada filho com mais de 25 anos € 10.000,00;
 - Sem pais e com avós:
 - iii. A cada um dos avós € 7.500,00;
- (Neste caso se os avós forem equiparados a tutores.)
- Sem pais e avós e com outros ascendentes/colaterais
 - i. A cada outro ascendente/colateral € 2.500,00

IV) Só Irmãos e/ou Sobrinhos que os representem:

- Irmão € 7.500,00;
- A cada sobrinho que represente irmãos falecidos € 2.500,00.

⁶ Conforme dito anteriormente, os valores mencionados na Portaria têm vindo a ser atualizados em função da inflação, sendo que os € 800,00 que constam na dita Portaria atualmente representam € 880,00.

receber € 3.200,00, e, com a graduação de intensidade máxima terá direito a receber o montante de € 5.200,00.

O sinistrado tem ainda direito a receber a título de danos morais complementares autónomos por incapacidade permanente absoluta para a prática de toda e qualquer profissão ou da sua profissão habitual e pela incapacidade permanente que lhe exija esforços acrescidos no desempenho da sua actividade profissional habitual. Porém, aqui há que ter em conta o binómio composto pela pontuação proposta e pela idade do sinistrado.

Assim, perante uma pontuação entre 10 pontos e 35 pontos e se o sinistrado tiver até 30 anos de idade a indemnização será até € 25.000,00; se o sinistrado tiver entre 31 e 45 anos, a indemnização será até € 20.000,00; se o sinistrado tiver entre os 46 e 60 anos a indemnização será até € 15.000,00; e, se o sinistrado tiver entre 61 e 70 anos, a indemnização será até € 10.000,00.

Por outro lado, se a pontuação for entre 36 pontos e 70 pontos e o sinistrado tiver até 30 anos de idade a indemnização será até € 62.500,00; se o sinistrado tiver entre 31 e 45 anos, a indemnização será até € 50.000,00; se o sinistrado tiver entre os 46 e 60 anos, a indemnização será até € 37.500,00; e, se o sinistrado tiver entre 61 e 70 anos, a indemnização será até € 25.000,00.

Finalmente, se a pontuação fixada for superior a 71 pontos e o sinistrado tiver até 30 anos de idade a indemnização será até € 100.000,00; se o sinistrado tiver entre 31 e 45 anos, a indemnização será até € 80.000,00; se o sinistrado tiver entre os 46 e 60 anos, a indemnização será até € 60.000,00; e, se o sinistrado tiver entre 61 e 70 anos, a indemnização será até € 40.000,00.

No entanto, situações há, em que ao sinistrado foi fixada uma incapacidade permanente absoluta e que, pela sua idade jovem, a indemnização prevista pode atingir os € 150.000,00.

Contudo, estes valores podem sofrer majorações em determinados casos, a mais alta resulta da situação em que um filho com idade igual ou inferior a 18 anos fique órfão de ambos os progenitores no mesmo sinistro, e neste caso, a majoração é de 150%. No entanto, o filho com idade até aos 25 anos e que fique órfão de ambos os progenitores num mesmo acidente, a percentagem baixa para 75%, mas se for de idade superior a 25 anos a majoração diminui ainda mais e é de apenas 40%. Existe uma majoração de 100% para os casos em que os pais perdem todos os filhos no mesmo acidente ou quando o filho com idade igual ou inferior a 18 anos perde o segundo progenitor.

A majoração é de 50% nas situações em que a mãe tem idade igual ou superior a 40 anos e perde um filho único ou nos casos em que os progenitores perderam mais do que um filho no mesmo acidente ou ao filho que com idade igual ou inferior a 25 anos perde o segundo progenitor no acidente.

A majoração é de 25% nos casos em que se verifique a perda de filho único ou ao filho que com idade superior a 25 anos fique órfão apenas do segundo progenitor.

Porém, se o beneficiário da indemnização tiver uma qualquer diminuição física ou psíquica e se tratar de cônjuge ou filho com idade inferior a 25 anos tem uma majoração de 75%, se for um filho com idade superior a 25 anos essa majoração adicional já é de 50% e, qualquer outro beneficiário terá uma majoração de 25%.

Porém as majorações não se somam, antes dever-se-á aplicar a que for mais favorável ao beneficiário.

Quanto às majorações por invalidez do beneficiário só se aplicarão se o Défice Funcional Permanente for superior a 60 pontos.

Para estes danos, a Tabela prevê ainda a indemnização por perda de um feto, sendo que até às 10 semanas os pais dividem uma indemnização até € 7.500,00 se for primeiro filho e se for o 2º filho ou posterior os seus progenitores dividirão uma indemnização até € 2.500,00. A partir da 10ª semana de gestação, os pais dividirão uma indemnização que poderá atingir os € 12.500,00 no caso de se tratar de 1º filho e se for 2º ou posterior a indemnização poderá alcançar os € 7.500,00.

Também para estes casos há uma majoração de 50%, no caso de se tratar de um primeiro filho e se a mãe tiver idade igual ou superior a 40 anos.

O montante indemnizatório resultante do dano decorrente da violação do “Direito à vida” do sinistrado, também designado de “Morte”, é dividido em partes iguais pelos seus herdeiros, sendo que quanto menor a idade do sinistrado, maior será o montante atribuído. Assim, a idade da vítima mortal sendo um fator determinante para o apuramento da indemnização a atribuir, foi necessário classificá-la em 4 escalões, nomeadamente: inferior a 25 anos, de 25-49 anos, de 50-75 anos e, finalmente, quando com idade superior a 75 anos. A cada escalão corresponde um valor indemnizatório distinto, com um intervalo de € 10.000,00 entre si, sendo que ao primeiro escalão corresponde um montante de até € 60.000,00 e ao último um valor que pode atingir os € 30.000,00.

Já em caso de morte decorrente de um evento traumático, o sofrimento da vítima será passível de uma compensação indemnizatória distribuída em partes iguais pelos seus herdeiros.

Se a vítima sobreviver até 24 horas após o evento, a indemnização a distribuir pelos herdeiros pode atingir os € 2.000,00; porém se o seu sofrimento persistir até às 72 horas, o valor indemnizatório poderá alcançar os € 4.000,00, mas se perdurar para além das 72 horas, os seus herdeiros receberão uma indemnização até € 7.000,00. Naturalmente que, a este título,

também a Tabela prevê uma majoração, até 50%, em função da percepção que a vítima teve do seu sofrimento e da antevisão da morte.

No entanto, a Portaria não prevê apenas majorações, existem também deduções que estão previstas, a título de exemplo, para os gastos que o sinistrado teria consigo próprio.

Vejamos, o caso de o sinistrado que não tem filhos e o cônjuge sobrevivo trabalha e auferir um rendimento superior ao seu, a dedução é de 75%, mas se o rendimento for inferior ao seu, a dedução é de 65%, porém se o cônjuge sobrevivo não trabalhar a dedução é apenas de 40%.

Se o sinistrado tiver filhos de idade igual ou inferior a 18 anos ou se for portador de uma anomalia física ou psíquica a dedução será de 20%, se os filhos tiverem entre os 18 e os 25 anos de idade a dedução será de 30% e se tiverem idade superior a 25 anos a dedução será de 40%.

Ainda no caso de o sinistrado viver numa situação que não seja nenhuma das anteriores mas contribua para a economia familiar a dedução é de 80%.

Nos casos em que existam situações de sobreposição, a portaria estipula que se deverá aplicar a percentagem de abatimento mais favorável ao sinistrado.

Para além dos danos anteriormente mencionados, há outros a serem contemplados na proposta razoável, como é o caso do dano patrimonial futuro. Os danos patrimoniais futuros decorrentes da Incapacidade Permanente Absoluta calculam-se subtraindo-se a idade do sinistrado à data do sinistro à idade da reforma prevista na portaria, que é 70 anos. Se porventura, o sinistrado à data do evento traumático tivesse 25 anos de idade apurar-se-ia um prazo de 45 anos cujo factor multiplicativo corresponde a 25,503637 (70-25 anos = 45anos). Este fator seria posteriormente multiplicado pelo rendimento anual do sinistrado⁷.

O dano biológico, que é aquele resultante da ofensa à integridade física e psíquica do sinistrado, é calculado segundo a tabela constante do Anexo IV. Para que o valor pecuniário seja apurado é necessário articular-se a

⁷ Contudo há que determinar se a IPA tem ou não reconversão para outras profissões dentro da sua área técnico-profissional. Assim, se o rendimento anual do sinistrado for de € 14.000,00, apura-se uma indemnização de € 357.050,92. Se tiver não tiver reconversão, a proposta corresponde a dois terços do capital, ou seja para este exemplo: $IPATH = € 14.000,00 \times 25,503637 = (€ 357.050,918/3) \times 2 = € 238.033,95$. Se tiver reconversão, a proposta corresponde a quatro anos de rendimentos líquidos, ou seja partindo das premissas: $IPATH = (€ 14.000,00 - IRS e Seg. Social) \times 4 \text{ anos} = € 48.000,00 - (IRS e Seg. Social \times 4)$. No entanto, se o sinistrado tiver 65 anos de idade ou mais, o cálculo é efetuado como se não tivesse reconversão. Assim, partindo dos mesmos € 14.000,00 de rendimento anual, tendo em conta que ao sinistrado falta 5 anos para a reforma o fator multiplicativo é de 4,722333, pelo que: $IPATH = € 14.000,00 \times 4,722333 = (€ 66.112,662/3) \times 2 = € 44.075,11$.

pontuação fixada para o Défice Funcional Permanente com a idade do sinistrado à data do sinistro. Assim, seguindo o exemplo anterior, do sinistrado que tinha 25 anos de idade à data do acidente e um Défice Funcional Permanente de 35 pontos, constata-se que o valor de cada ponto é entre € 1.570,00 e € 1.625,00⁸. Estes intervalos pecuniários interpretam-se tendo por base, que para o maior valor por ponto corresponde a menor idade e a maior pontuação enquanto para um limite mínimo corresponde a maior idade e a menor pontuação. Assim, em função da idade, por ser a máxima do intervalo entre 21 a 25 anos, aplicar-se-ia o valor inferior – os € 1.570,00 por ponto. Já quanto à pontuação fixada para o Défice Funcional Permanente por se tratar do valor máximo do intervalo compreendido entre 31 e 35 pontos aplicar-se-ia o valor máximo – os € 1.625,00 por ponto. Logicamente, que o mais correto seria posteriormente considerar-se um valor médio entre os intervalos máximo e mínimo obtidos multiplicando-se pela pontuação fixada e apurando-se assim a respetiva indemnização do dano biológico⁹.

A todos estes itens, não nos podemos esquecer que à Companhia de Seguros compete ainda liquidar as todas despesas efetuadas na sequência do sinistro e os rendimentos correspondentes aos períodos de incapacidade temporária (ITA e/ou ITP) atribuídos e que são calculados da seguinte forma:

- a) ITA = Rendimento anual/365 dias x n° dias de ITA;
- b) ITP = [Rendimento anual/365 dias x n° dias de ITP] / % de ITP

Acrescem-se as despesas que comprovadamente estejam relacionadas com refeições, estadias, transportes ou outras despesas conexas [como por exemplo, necessidade de ajuda doméstica temporária (até € 6,00/dia), adaptação de viatura (até € 7.500,00), adaptação da residência (até € 30.000,00), entre outras].

Por fim, as despesas futuras, onde se incluem as despesas médicas, quer sejam elas medicamentosas ou necessidade de assistência, desde que clinicamente previsíveis.

Todas estas até então mencionadas são as consideradas despesas líquidas, ditas ainda de certas ou quantificáveis.

De fora, permanece ainda o parâmetro do “Dano Futuro”, que apesar de previsível não é quantificável e por esse motivo não foi propositadamente abordado. Certo é que sendo um dano que só se virá a estabelecer no futuro

⁸ Porém, há que ter em conta que os valores aqui referenciados reportam-se à publicação do diploma e atualmente são superiores tendo em conta os índices de inflação.

⁹ Matematicamente significa que € 1.583,75 x 35 pontos = € 55.431,25.

não pode ser quantificado e apenas deverá ser mencionado já que é algo que cientificamente se pode demonstrar, ainda que se desconheça quando virá a ocorrer.

Tal como também ficaram de fora outros danos como a “Repercussão nas atividades desportivas e de lazer” e a “Repercussão permanente da atividade sexual”, prejuízos que não foram contemplados no diploma e, como tal não integram formalmente a “Proposta Razoável”, ainda que as seguradoras, na generalidade, ponderem estes aspetos quando apresentam um valor para a “Proposta Razoável”, visando a resolução extrajudicial já que é sempre esta a via que exploram, contrariamente ao que muitas vezes possa ser veiculado.